



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na
APELAÇÃO CÍVEL Nº 181611-3 – Recife- 18ª. Vara Cível**

**EMBARGANTE: FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL -
FACHESF**

EMBARGADO: FRANCISCO CAMILO NUNES

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

2ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO –
INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO A SER SANADA – FACHESF-
PROPÓSITO DE REJULGAMENTO DE FEITO – ACLARATÓRIOS
REJEITADOS.

I - Os fatos e fundamentos apresentados no apelo foram
devidamente apreciados, não havendo que se falar em
omissão desta Câmara.

II - A estreita via dos embargos declaratórios não se presta para
forcejar o rejulgamento do feito. O seu escopo está em suprir
eventuais eivas do julgado.

III – Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO: À unanimidade de votos, os Embargos foram
conhecidos para fins de prequestionamento e rejeitados, nos
termos do voto do Relator.

DATA DO JULGAMENTO: 03 de setembro de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 181611-3**, em
que é embargante FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE
SOCIAL - FACHESF e embargado FRANCISCO CAMILO NUNES, ACORDAM
os Exmos. Srs. Desembargadores, componentes da Segunda Câmara Cível
do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos,
rejeitar os aclaratórios, nos termos do voto do Relator.

Recife, 16 de setembro de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

**DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR**



883
M

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO da
APELAÇÃO CÍVEL Nº 181611-3 – Recife – 18ª Vara Cível.**

Embargante: Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social -
FACHESF.

Embargado: Francisco Camilo Nunes.

Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de outro Embargos de Declaração (fls. 875/876) opostos pela Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - FACHESF, em face do Acórdão (fls. 870) que, por unanimidade de votos foi rejeitado, mantendo-se o Voto condutor da decisão (fls. 775/777) que respeitou o direito adquirido do autor em relação aos benefícios previdenciários do regulamento 001, na ação declaratória (processo n.º 00196119305-1), e ampliou essas vantagens, aos demais benefícios advindos do regulamento 002.

Em suas razões, o Embargante argui contradição interna no julgado, visto que jamais poderia ter sido negado provimento ao Apelo, se o recurso queria justamente a aplicação das regras do regulamento 001 do plano previdenciário da FACHESF.

Visa ainda, prequestionar os dispositivos legais suscitados, e pugna, ao final, pelo acolhimento do presente recurso e consequente modificação do Julgado.

É o Relatório.

VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

Neste ponto, analisaremos se a decisão embargada possui alguma omissão ou contradição indicada pela parte Embargante, no que diz respeito contradição interna do Acórdão embargado, quanto a sua

conclusão lógica, em relação à congruência do voto condutor com o pleiteado no recurso irrisignatório.

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

A Ementa do Acórdão guerreado, constante às fl. 870, dispôs o seguinte:

"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. FACHESF. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. REGULAMENTO. BENEFÍCIO. ENQUADRAMENTO. DIREITO ADQUIRIDO. SENTENÇA DECLARATÓRIA. AÇÃO DE CUMPRIMENTO. LIMITES DA COISA JULGADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Não tem os aclaratórios o condão de substituir o acórdão embargado, nem tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.

2. Inexistindo contradição, omissão ou obscuridade no aresto embargado, uma vez que a matéria foi devidamente tratada por ocasião do julgamento, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.

3. Embargos rejeitados."

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo Julgamento, de forma explícita e bem delineada, sendo flagrante a intenção do Embargante em rediscutir a matéria, ainda mais, quando decidido que deveria prevalecer os benefícios na forma do regulamento 001, com a devida ressalva, que em virtude da parte ter contribuído boa parte do tempo, pelos moldes do regulamento 002, este também deveria ter direito a ampliação das vantagens advindas do Regulamento 002.

Isso implica dizer que deve prevalecer a decisão embargada, posto que a parte não teve direito somente aos benefícios do Regulamento 001, teve também, a ampliação de seu benefício voltado ao Regulamento 002, da FACHESF, por ocasião de ter contribuído boa parte do tempo nessas condições.

Sobre o assunto, em relação à ausência de omissão ou contradição e rediscussão da matéria, a Jurisprudência já se manifestou, *in verbis*:

885
M

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria. (PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria. (775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira).

Além disso, o STJ entende da mesma maneira, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 535 CPC1. A hipótese de cabimento dos Embargos de Declaração por contradição se restringe àquela interna da própria decisão, e não aos entendimentos divergentes em relação a outro decisor. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados. 535 CPC. (1351015 DF 2010/0174050-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011).

De mais a mais, acrescente-se que consoante pacífica Jurisprudência, o Julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte, se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhem-se da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CTB - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]. (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008).

↗

886
1

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

Assim sendo, inexistente vício algum no Julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pelas quais negava provimento ao apelo, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irresignada.

Por derradeiro, considero consumado o prequestionamento dos suscitados dispositivos legais, pretendido pelo Embargante.

Face ao exposto, conheço dos Aclaratórios, para efeito de prequestionamento, porém, voto para que sejam rejeitados, por falta de amparo legal.

É como Voto.

Recife, 03 de setembro de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Relator